



**Responsible Editor:** Rodrigo de Souza Gonçalves  
Andrea de Oliveira Gonçalves  
**Associate Editor:** Ilirio José Rech  
**Evaluation Process:** Double Blind Review pelo SEER/OJS

## Qualidade dos Lucros e Resiliência de Instituições Financeiras Brasileiras: uma Análise do Índice de Basileia

### RESUMO

**Objetivo:** analisar a relação entre o índice de Basileia e a qualidade dos lucros reportados por entidades do setor financeiro brasileiro.

**Método:** foram examinados dados semestrais, divulgados no site do Banco Central do Brasil, de 105 instituições financeiras, entre os anos de 2010 e 2018, totalizando 1.889 observações. O método escolhido para a aferição da qualidade dos lucros foi o gerenciamento de resultados, mediante a conta Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), utilizada como variável dependente em modelo de regressão com dados em painel por efeitos fixos e aleatórios. Como variável independente, utilizou-se o Índice de Basileia (IB) como *proxy* de resiliência financeira.

**Originalidade/Relevância:** analisar a relação entre lucro e resiliência é original e relevante por fornecer *insights* sobre a confiabilidade da *proxy* de estabilidade financeira dos bancos brasileiros, em contrapartida com a qualidade da informação contábil.

**Resultados:** uma das regressões retornou relação negativa e significativa do Índice de Basileia com a PCLD. A conclusão é a de uma relação inversa entre a resiliência e o gerenciamento, configurando-se evidência de qualidade informacional do índice de estabilidade financeira.

**Contribuições teóricas/metodológicas:** contribui com a literatura sobre qualidade informacional contábil ao atestar a resiliência financeira dos bancos como uma medida confiável para diversos usuários.

**Palavras-chave:** Instituições financeiras; Índice de Basileia; Qualidade do lucro; Gerenciamento de resultados.

---

Paulo Vitor Souza de Souza

Universidade Federal do Pará, PA, Brasil  
paulovsouza@ufpa.br

José Augusto Paixão Moraes

Universidade Federal do Pará, PA, Brasil  
augustuspm@yahoo.com.br

---

**Recebido:** fevereiro 11, 2021  
**Revisado:** julho 27, 2021  
**Aceito:** agosto 22, 2021  
**Publicado:** dezembro 30, 2021



### How to Cite (APA)

Souza, P. V. S., & Moraes, J. A. P. (2021). Qualidade dos Lucros e Resiliência de Instituições Financeiras Brasileiras: uma Análise do Índice de Basileia. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 24(3), 256-273.  
[http://dx.doi.org/10.51341/1984-3925\\_2021v24n3a1](http://dx.doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n3a1)

## 1 INTRODUÇÃO

Os bancos são instituições financeiras que coletam depósitos e concedem empréstimos a indivíduos, empresas e demais órgãos, com vistas a financiar o consumo, o investimento e as despesas de capital, e, assim, contribuem substancialmente para o crescimento econômico de diversos países (Ozili & Outa, 2017). Por isso, a preocupação com o regular funcionamento do sistema financeiro mundial vem evoluindo após os registros de graves crises econômicas globais, como a do crédito *subprime* em 2008 (Yanaka & Holland, 2010). A apreensão do mercado financeiro justifica-se pela interligação global das instituições, ao consolidarem redes de relacionamento e organismos sistêmicos, em que uma turbulência pontual em dada localidade pode irradiar, com grande alcance, e afetar milhões de pessoas (Castro, 2007).

A dificuldade dos intermediários financeiros de contornar efeitos negativos de crises passadas causou o surgimento de forte regulação sobre a estabilidade financeira. Segundo Santos, Macedo e Rodrigues (2014), entidades normativas mundiais consolidaram o que se conhece como regulação prudencial. Acordos, normas, recomendações e instrumentos de controle foram instituídos para monitorar a estrutura de capital dos bancos, com a finalidade de retomar a confiança em investimentos no setor e na intermediação financeira, fortalecendo a transparência das instituições perante seus usuários (Castro, 2007).

O órgão internacional de regulação prudencial é o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS, sigla em inglês para *Basel Committee on Banking Supervision*), com sede na Suíça, criado em 1974 e formado, atualmente, por 45 autoridades monetárias, com atuação em 28 jurisdições (BIS, 2019). Os tratados referentes à regulação prudencial, em sua compilação de normas e regras editadas durante as reuniões do BCBS, são conhecidos como Acordos de Basileia e apresentam três edições.

O índice de capital estabelecido para representar a resiliência ou a estabilidade das instituições é o Índice de Basileia (IB). A razão entre o patrimônio de referência de entidade financeira e seus ativos ponderados pelo risco engendra esse indicador, divulgado trimestralmente pelos bancos e com percentual mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com base em padrões internacionais (Silva & Ferreira, 2016).

Desse modo, ao buscar um enfoque além do olhar regulatório mínimo que o Índice de Basileia representa sobre o capital dos bancos, o presente estudo pretende analisar o IB também pelo seu caráter indicador, ou seja, como um fator de referência, comparador, que pode explicar determinada situação ou condição, levado em conta na tomada de decisão, assim como são os resultados das instituições bancárias, principalmente no caso de lucro.

Além da análise feita sobre a resiliência bancária das instituições financeiras, um aspecto importante a ser observado refere-se ao lucro das entidades, como informação contábil útil. Dechow, Ge e Schrand (2010) defendem que os relatórios financeiros devem fornecer, de forma adequada, informações úteis e confiáveis para a tomada de decisões pelos diversos usuários, com qualidade. Assim, diferentes meios de aferição da qualidade da informação contábil foram elencados pela literatura, entre os quais o gerenciamento de resultados, pois a presença dessa prática na contabilidade das instituições financeiras denota baixa qualidade informacional dos lucros (Goulart, 2007).

Em instituições financeiras, os resultados são geralmente gerenciados mediante a discricionariedade da conta de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), que representa uma medida amplamente utilizada em estudos sobre gerenciamento em entidades bancárias (Carvalho, Pereira, & Dantas, 2018; Cunha, Bezerra, Gubiani, & Rengel, 2009; Fuji & Carvalho, 2005; Le, Tran, & Nguyen, 2021; Macedo & Kelly, 2016). Cohen e Edwards (2017) alertam para o perigo quanto ao julgamento na definição de provisões em bancos, que

permite o uso desse provisionamento para o gerenciamento de resultados, o que repercute em redução na transparência das contas e na utilidade da informação para os diversos usuários da contabilidade.

As perdas de créditos desempenham papel fundamental na avaliação de riscos e na estabilidade dos bancos, conservando uma significância econômica substancial (Marton & Runesson, 2017). Logo, conforme o exposto sobre a relação entre resiliência bancária e qualidade dos lucros em instituições financeiras, a seguinte questão de pesquisa foi elaborada: existe relação significativa entre o Índice de Basileia e a qualidade dos lucros reportados pelas entidades pertencentes ao setor financeiro brasileiro?

A esse respeito, de acordo com a questão de pesquisa, objetiva-se verificar a relação existente entre o índice de estabilidade das instituições financeiras e o gerenciamento de resultados, que é uma das medidas para avaliar a qualidade da informação contábil, analisada neste estudo pelo resultado das perdas com créditos de liquidação duvidosa dos bancos. Especificamente, a investigação visa identificar se o Índice de Basileia apresenta perspectiva informacional, por meio de relação negativa, ou apresenta perspectiva oportunista, mediante relação positiva com o gerenciamento de resultados.

Ressalte-se que a perda de créditos de liquidação duvidosa tem relevância ao auxiliar diversos usuários que não possuem acesso a dados internos na avaliação da lucratividade e do valor da instituição financeira (Harris, Khan, & Nissim, 2018). Assim, torna-se necessária a análise dessa conta como indicador de qualidade da informação contábil, em contrapartida ao índice de estabilidade financeira.

Analisar a relação entre dois atributos de qualidade informacional, Índice de Basileia e gerenciamento de resultados, é relevante por fornecer *insights* sobre a confiabilidade da *proxy* de estabilidade financeira dos bancos brasileiros associada à qualidade da informação contábil. Dessa maneira, diversos usuários poderão atestar se esse índice é confiável ou não para seus julgamentos e suas decisões.

Este estudo visa contribuir com a literatura sobre qualidade da informação contábil ao evidenciar como o gerenciamento de resultados em instituições financeiras relaciona-se com a resiliência dessas entidades, atestando se a estabilidade financeira é considerada uma medida confiável.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Regulação prudencial das instituições financeiras

Conforme o Bacen (2019), a regulação prudencial é composta por normas de segurança financeira das instituições do setor. Pautada no gerenciamento de riscos e nos parâmetros mínimos de capital, as exigências procuram superar eventuais períodos de estresse econômico inerentes às suas atividades, elevar a transparência e proporcionar subsídios para a tomada de decisões dos usuários externos.

As entidades bancárias são obrigadas, pelo arcabouço prudencial, a prestar contas sobre saúde financeira. As reservas de recursos que elas mantêm devem ser suficientes para honrar os compromissos assumidos, mesmo no caso de perdas inesperadas ou estimadas. Uma reserva de capital mínima é determinada para essas empresas, sempre em observação aos limites operacionais e ao gerenciamento de riscos (Yanaka & Holland, 2010).

A regulação prudencial internacional bancária tem como entidade normatizadora o BCBS, que busca a harmonização das medidas prudenciais adotadas por seus membros, com vistas a proporcionar isonomia na competição internacional dos mercados financeiros. O Bacen é membro do comitê desde 2009, quando passou a mediar e a supervisionar as convergências da regulação brasileira às normas do fórum (Bacen, 2019).

### 2.1.1 Acordos de Basileia

O primeiro Acordo de Basileia, Acordo B-I, foi estabelecido em 1988, com recomendações e exigências mínimas de capital para as instituições financeiras com atuação internacional. Em 1996, para mitigar ainda mais os riscos, as recomendações foram melhoradas com a obrigação da criação de reservas para a cobertura de riscos ao capital mínimo requerido (Leite & Reis, 2013).

O Acordo de Basileia II (B-II), em 2004, abordou aspectos revisionais, enfatizando os riscos bancários, com os próprios bancos sendo incentivados a mensurar suas práticas arriscadas e a melhorar os controles internos (Santos *et al.*, 2014).

O Acordo de Basileia III (B-III) surgiu em 2010 como uma resposta à crise internacional de 2007/2008, com aprimoramento das recomendações para o fortalecimento da resiliência bancária frente a possíveis choques ao sistema financeiro, até mesmo com origem em outros setores da economia, e a redução da propagação mundial ou do chamado efeito dominó (Leite & Reis, 2013).

Pinheiro, Savóia e Securato (2015) afirmam que as recomendações foram por mais qualidade e quantidade de capital regulatório e pelo aperfeiçoamento dos fatores de ponderação de ativos pelo risco. As inovações desse acordo ficaram a cargo dos requerimentos de liquidez, dos adicionais de capital e de alavancagem conforme a abrangência, ou seja, instituição de relevância global ou de relevância doméstica.

### 2.1.2 Índice de Basileia

O patrimônio-base para a análise do capital dos bancos é chamado de patrimônio de referência (PR), composto por dois níveis (ou *tiers*), em que o nível I corresponde basicamente ao patrimônio líquido, acrescido das contas de resultado credoras e deduzido das contas de resultado devedoras, excluindo-se algumas reservas e ações, que irão para o nível II (Almeida, Bertucci, Souza, & Amaral, 2012).

O nível II do PR é composto pelo capital regulamentar e pelas reservas de reavaliação, por retenções para contingências e por economias especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, ações preferenciais cumulativas, ações preferenciais resgatáveis, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida (Silva, 2005).

A soma de todos os ativos de uma instituição financeira, sejam créditos, títulos e valores mobiliários adquiridos, seja *leasing*, é multiplicada por um fator de ponderação aos riscos de crédito, de mercado e operacional, projetando-se em ativos ponderados pelo risco (RWA). A razão entre o PR e o RWA, demonstrada na equação 1, gera o índice de estabilidade financeira, correntemente chamado de Índice de Basileia (IB) (Pinheiro *et al.*, 2015).

$$\text{Índice de Basileia (IB)} = \frac{\text{Patrimônio de Referência (PR)}}{\text{Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)}}$$

O Bacen, com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n.º 4.193, de 1.º de março de 2013, exige que as instituições mantenham, desde o final de 2019, o Índice de Basileia igual ou superior a 8%, mesmo percentual exigido, internacionalmente, pelo Acordo B-III (Bacen, 2019).

A manutenção e o nível das reservas suplementares representam outros indicativos da hígidez financeira de um banco. Essas reservas, também conhecidas como *buffers*, surgiram com o B-III e são adicionais ao capital principal, sendo constituídas em períodos de bonança do ciclo de crédito e liberadas em períodos de estresse econômico ou para evitar flutuações

bruscas no PR (Reis, 2015). São verdadeiras reservas especiais de manutenção para entidades importantes do sistema financeiro. Indicadores tradicionais de análise de demonstrações financeiras também são observados, como o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) e a razão de alavancagem (Bacen, 2019).

O BCBS preza pela qualidade das informações financeiras divulgadas pelas instituições. No entanto, a maior complexidade dos produtos bancários e a dificuldade na avaliação desses novos ativos e passivos financeiros, principalmente quando não há mercado secundário ativo com liquidez, aumentam a subjetividade e as estimativas de mensuração, o que pode comprometer a qualidade da informação e possibilitar a maior frequência do gerenciamento de resultados (Dantas, Galdi, Capalletto, & Medeiros, 2013).

## 2.2 Qualidade da informação e gerenciamento de resultados contábeis

A transparência e a qualidade da informação são os pilares de um sistema financeiro sólido, pois as demonstrações contábeis, os indicadores e os relatórios divulgados pelos intermediadores financeiros devem evidenciar adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial das instituições (Goulart, 2007).

A ausência de qualidade das informações contábeis redundando em maiores custos de agência e de capital, maior frequência de gerenciamento de resultados e deficiência nos investimentos e na alocação de recursos (Bushman & Smith, 2001), além de fragilizar a proteção a acionistas e investidores (Dyck & Zingales, 2004), o que é conhecido como assimetria de informações.

Dechow *et al.* (2010) enumeram como parâmetros de aferição da qualidade da informação contábil o gerenciamento de resultados, a qualidade na mensuração dos *accruals*, o nível de *disclosure*, a persistência nos lucros, a oportunidade, o conservadorismo, a relevância e a tempestividade. Entretanto, entre as alternativas de pesquisa da qualidade da informação, o gerenciamento de resultados vem sendo expressivamente abordado na literatura contábil acadêmica.

Ao realizar sua função de mensurar e registrar os eventos econômicos das entidades, a contabilidade gera como seu produto a informação contábil útil para as partes interessadas. Macedo e Kelly (2016) apontam que, de um lado desse canal de comunicação proporcionado pela contabilidade, está o usuário da informação, que dela exige qualidade e, principalmente, confiança para a tomada de decisões, e, de outro lado, está a entidade, que divulga a informação e tem a pretensão de convencer investidores e credores acerca de sua boa situação patrimonial e financeira.

Na acirrada disputa comercial ou na criteriosa regulação para transparecer boas condições econômico-financeiras, as instituições podem acabar utilizando a discricionariedade na mensuração ou na evidenciação de alguns dados e, com isso, modificam as informações das demonstrações contábeis conforme os seus próprios interesses, sem, necessariamente, infringir as normas (Martinez, 2008).

O gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores de uma companhia realizam julgamentos sobre itens reconhecidos em relatórios financeiros que nem sempre condizem com a realidade e, assim, geram informações enganosas para alguns usuários sobre o desempenho econômico da entidade (Healy & Wahlen, 1999). Conforme Goulart (2007), a presença do gerenciamento prejudica a qualidade da informação, por haver uma relação inversa entre qualidade e gerenciamento.

O gerenciamento da informação contábil utiliza *accruals* para alavancar ou disfarçar o valor apurado pelas empresas no momento da divulgação das demonstrações, direcionando

sua situação econômico-financeira para patamares mais atrativos aos olhares dos *stakeholders* (Healy & Wahlen, 1999).

Os *accruals* são classificados em discricionários e não discricionários. Goulart (2007) expõe que os *accruals* discricionários, intrinsecamente ligados ao gerenciamento de resultados, permitem um grau de liberdade para a decisão do gestor, ainda dentro das normas, ao passo que os *accruals* não discricionários vinculam a administração ao que determinam as normas contábeis, o que impede a manipulação dos acréscimos.

No segmento bancário, considera-se a conta de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) como uma medida de gerenciamento de resultados. Ozili e Outa (2017) comentam que a PCLD representa um indicador crucial da informatividade dos *accruals* bancários. Para Wahlen (1994), os gestores dos bancos têm uma discricionariedade significativa na determinação das estimativas da conta de PCLD e essa discricionariedade pode ser utilizada para objetivos particulares dos gestores, o que vem a tornar os relatórios financeiros oportunistas ao invés de informacionais.

### 2.2.1 Resolução CMN n.º 2.682/1999

No tocante à relevância da PCLD nas instituições financeiras brasileiras, é importante evidenciar as disposições da Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que regulam a constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa a entidades financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Em seu artigo 6.º, quanto à PCLD, a resolução assim determina:

*Art. 6.º A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos:*

*I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;*

*II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;*

*III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;*

*IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;*

*V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;*

*VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;*

*VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;*

*VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H". (Resolução CMN n.º 2.682/1999, p. 3-4).*

A Resolução CMN n.º 2.682/1999 elenca, ainda, que as operações de provisão devem permanecer registradas em conta de compensação em um prazo mínimo de cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para a sua cobrança. Assim, nota-se que existem regras bem específicas sobre a constituição da PCLD que devem ser observadas pelas instituições financeiras.

### 2.3 Estudos anteriores sobre gerenciamento em instituições financeiras

Uma das primeiras pesquisas acerca de gerenciamento de resultados em instituições financeiras atuantes no Brasil, segundo Cunha *et al.* (2009), é o trabalho de Fuji e Carvalho (2005), que já apontava indícios de gerenciamento de resultados para evitar reportar perdas, em que os bancos analisados procuravam sustentar o desempenho recente.

A pesquisa de Goulart (2007) apontou como *accruals* os derivativos e as operações de crédito, assim como os títulos e valores mobiliários (TVM) em entidades financeiras. Com foco nesses acréscimos, o resultado retornou que a suavização do resultado ocorreu de modo mais efetivo pela PCLD. Os derivativos, também, foram estudados por Dantas *et al.* (2013) em uma análise dos bancos brasileiros, que concluíram que esses foram gerenciados para a prática da suavização dos resultados, evitando-se grandes oscilações, com maior incidência nas empresas do setor privado.

Cunha *et al.* (2009) relacionaram a PCLD com a auditoria independente, apresentando o problema do gerenciamento de resultados nos anos de rodízio das empresas responsáveis por auditar as demonstrações dos bancos brasileiros. As conclusões evidenciaram que, no exercício em que havia troca das empresas de auditoria, o gerenciamento de resultados era amenizado em comparação ao anterior, ao passo que, no ano seguinte, após a substituição das empresas de auditoria, existia nova tendência a aumentá-lo.

Carvalho *et al.* (2018) objetivaram investigar se as instituições financeiras brasileiras utilizariam a parcela discricionária da PCLD para o gerenciamento de capital por meio do controle do nível do IB, mas os resultados não revelaram evidências de que os bancos da amostra utilizaram a parcela discricionária da PCLD.

O estudo de Le *et al.* (2021) evidenciou que o gerenciamento de resultados apresenta relação positiva com a PCLD dos bancos vietnamitas, o que sugere que as perdas com créditos de liquidação duvidosa podem ser utilizadas como mecanismo de oportunismo da gestão ao gerir resultados, com vistas ao atendimento de interesses particulares.

## 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

### 3.1 Delimitação das hipóteses de pesquisa

Estudos evidenciam que profissionais do ramo alegam que a gestão do risco de crédito dos clientes de empréstimos é um aspecto importante do modelo de negócios bancário (Cantrell, McInnis, & Yust, 2014). Portanto as perdas de crédito relacionadas a essas operações envolvem julgamentos por parte dos gestores, além de desempenharem papel central na avaliação da estabilidade dos bancos (Marton & Runesson, 2017).

Para Cantrell *et al.* (2014), o reconhecimento das PCLD, de forma fidedigna, pode fornecer informações mais úteis para os tomadores de decisão. Conforme Ozili e Outa (2017), a estimativa das perdas é a ferramenta de gerenciamento de risco de crédito usada para mitigar as perdas esperadas na carteira de empréstimos bancários e constitui um dispositivo fundamental na avaliação futura do negócio, auxiliando os diversos usuários dos relatórios financeiros.

Sob outra perspectiva, o julgamento relacionado ao registro dessas perdas pode ocasionar o oportunismo dos gestores, resultando em relatórios menos informativos (Wahlen, 1994). Assim, entende-se que o uso da provisão de perdas pode ocasionar o gerenciamento de resultados, o que afeta a qualidade da informação contábil (Cohen & Edwards, 2017).

Considerando-se que o dispositivo escolhido para a aferição da qualidade dos lucros reportados foi o gerenciamento de resultados, sistemática referendada pelo estado da arte, e

também a perspectiva oportunista, ou não, do indicador de resiliência, apresenta-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H<sub>1a</sub>: O Índice de Basileia, divulgado pelas instituições financeiras que atuaram no Brasil, apresenta relação significativa com a conta PCLD, *proxy* de gerenciamento de resultados.

Partindo-se da conjectura de aceitação da hipótese H<sub>1a</sub>, considerando-se o sinal do coeficiente do Índice de Basileia, e dada a perspectiva informacional do indicador, forma-se uma hipótese complementar (H<sub>1b</sub>):

H<sub>1b</sub>: O Índice de Basileia divulgado pelas instituições financeiras apresenta relação significativa e negativa com a conta PCLD, agregando qualidade informacional ao indicador.

A aceitação da hipótese H<sub>1b</sub> sinalizaria a existência de indícios de que as instituições que possuem maiores Índices de Basileia gerenciam menos as informações contábeis que divulgam.

### 3.2 Amostra e coleta de dados

A população da pesquisa é formada por instituições financeiras atuantes no Brasil e que disponibilizaram informações no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, na plataforma *IF.data*, no período de 2010 a 2018. Foram selecionadas para a amostra as instituições classificadas como “b1 - Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica”, “b2 - Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Investimento ou Banco de Câmbio” e “b4 – Bancos de Desenvolvimento”.

Foram excluídas da pesquisa as “b3S - Cooperativas de Crédito Singulares”, “b3C - Centrais e Confederações de Cooperativas de Crédito”, “n1 - Instituições Não Bancárias de Crédito”, “n2 - Instituições Não Bancárias de Mercados de Capital” e “n4 - Instituições de Pagamento”, cuja contabilidade difere da das demais instituições bancárias e que também não reportaram diversas informações necessárias à realização desta pesquisa, o que não permitiria ser comparáveis com as demais instituições selecionadas. Em consequência desse primeiro filtro, foram identificados 138 intermediadores financeiros.

O período analisado abrangeu nove anos, com recolhimento de dados semestrais e com início do período no ano de 2010, motivado tanto por coincidir com a data de realização do acordo de Basileia III, quanto pela convergência às normas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que impactaram o setor financeiro.

Da primeira amostra, 28 bancos não forneceram informações semestrais completas e outros 5 bancos não informaram algum índice ou variável do modelo, razão por que foram excluídos. Por fim, a amostra foi definida com 105 instituições financeiras, o que resultou, para o período, em 1.889 observações, conforme a Tabela 1.

As unidades foram dispostas em painel com cortes transversais e submetidas à regressão. O suporte estatístico foi operacionalizado pelo uso do *software Gretl*®, e, para a organização dos dados em painel, foi utilizado o *software* editor de planilhas.

Tabela 1

#### **Definição da amostra da pesquisa: empresas listadas no sítio IF.data do Bacen**

Especificação	Quantidade
População	138
(-) Instituições com ausência de alguma demonstração semestral	(28)
(-) Instituições com índice ou variável não informados em algum período	(05)
Amostra final	105

Fonte: Sítio IF.data <<https://www3.bcb.gov.br/ifdata>>.

### 3.3 Modelo quantitativo para gerenciamento de resultados em instituições financeiras

Para atingir o objetivo desta pesquisa, será utilizada uma adaptação de um modelo de regressão específico para o setor financeiro, originalmente proposto por Fuji e Carvalho (2005) para o setor bancário, que utiliza como *proxy* a conta de despesas com Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). O modelo de Fuji e Carvalho (2005) é apresentado na Equação 2, a seguir.

$$DespDevDuv = \alpha_0 + \alpha_1 Res + \alpha_2 P + \alpha_3 Cred + \varepsilon \quad (2),$$

em que: *DespDevDuv*: despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa; *Res*: Resultado, excluindo-se as despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa; *P*: Passivo exigível; *Cred*: Operações de crédito.

### 3.4 Variáveis e modelo de regressão utilizados

O modelo deste estudo foi adaptado do modelo de Fuji e Carvalho (2005), utilizando-se a conta de resultados com provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) como variável dependente e *proxy* de gerenciamento no setor financeiro, em conjunto com o Índice de Basileia (IB) como variável independente a influenciar o comportamento da provisão.

A escolha do modelo deu-se pela especificidade do setor em termos contábeis, pela forma de evidenciação das informações, pelas características individualizadas de operação e funcionamento e pela replicação do modelo, com adaptações, por autores como Carvalho *et al.* (2018), Cunha *et al.* (2009), Macedo e Kelly (2006), entre outros.

Na tentativa de minimizar os erros-padrão robustos, optou-se por se utilizar o IB em números decimais juntamente com os logaritmos naturais dos dados: resultado entre despesas e reversões de PCLD, passivos exigíveis (PASS), resultados (RES) e operações de crédito (CRED). Após o cálculo do logaritmo do módulo dos valores, retornou-se o sinal original (positivo ou negativo), conforme a natureza e os saldos das contas.

A Tabela 2 expõe a variável dependente e as variáveis independentes que foram selecionadas para compor o modelo de regressão deste estudo, conforme trabalhos anteriores referentes ao tema no setor específico.

Em síntese, a Equação 3, a seguir, representa matematicamente o modelo de regressão utilizado neste estudo:

$$\text{LogPCLD}_{i,t} = \alpha + \beta_1 \text{IB}_{i,t} + \beta_2 \text{LogRES} + \beta_3 \text{LogPASS} + \beta_4 \text{LogCRED} + \varepsilon_{i,t} \quad (3),$$

em que:

$\text{PCLD}_{i,t}$  = Resultado de créditos de liquidação duvidosa (grupo [71990307]+[71990352]+[71990400]+[71990503]+[71990606]+[81830309]+[81830354]+[81830402]+[81830505]+[81830608] do Plano de Contas Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif) da instituição *i*, no período *t*;

$\text{RES}_{i,t}$  = Resultado do semestre, excluídos os resultados com créditos de liquidação duvidosa, divulgadas pela instituição *i* em determinado período *t*;

$\text{PASS}_{i,t}$  = Passivo Exigível da instituição financeira (*i*) em certo período (*t*);

$\text{CRED}_{i,t}$  = Operações de Crédito divulgadas no período *t* da instituição *i* (grupo [16000001 – operações de crédito] + [16900008 – (-) provisões] do Cosif);

$\alpha$  = Constante do modelo de regressão (intercepto);

$\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_3$  = Coeficientes das variáveis;

$\varepsilon$  = Erro da regressão (resíduos).

Tabela 2

**Variáveis do modelo de regressão e respectivos sinais esperados do coeficiente**

Variáveis	Definição	Sinal esperado do coeficiente
Logaritmo natural do Resultado das Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (LogPCLD)	Variável dependente, <i>proxy</i> de gerenciamento de resultados, <i>accrual</i> específico.	(+): maiores perdas estimadas são indícios de gerenciamento de resultados.
Índice de Basileia (IB)	Índices de estabilidade financeira das instituições.	(+) ou (-): envolve o problema de pesquisa, que pode resultar em índice com qualidade informacional [-] ou que acompanha as manipulações discricionárias [+].
Logaritmo natural do Resultado (LogRES)	Lucro líquido sem o efeito da PCLD e do Imposto de Renda. Despesas com PCLD são dedutíveis e sofrem efeito das perdas (Macedo & Kelly, 2016).	(+): quanto maiores os resultados dos bancos, maior será a contabilização de PCLD.
Logaritmo natural do Passivo Exigível (LogPASS)	A variável PASS (passivo exigível), nos resultados da pesquisa de Cunha <i>et al.</i> (2009), demonstrou ser uma variável independente, que pode explicar a variação das despesas com PCLD.	(-) quanto maiores as obrigações com terceiros, menor será o saldo nas contas redutoras de ativos, com o intuito de evitar variações bruscas.
Logaritmo natural das Operações de Crédito (LogCRED)	A variável CRED tem relação intrínseca com a PCLD, pois é natural que, quanto maior for o volume de operações de crédito, maiores serão as perdas estimadas (Macedo & Kelly, 2016).	(+) maiores volumes de operações de crédito tendem a ser acompanhados por maiores perdas.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 Resultados da estatística descritiva

A estatística descritiva das variáveis pretende informar, por meio da Tabela 3, a dispersão dos dados e as medidas de posição por média, mediana, valores mínimo e máximo e, ainda, o desvio-padrão e o coeficiente de variação.

Tabela 3

**Resultados das estatísticas descritivas da amostra**

Variável	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Coeficiente de variação
LogPCLD	3,8700	4,1869	0,0000	7,1731	1,6856	0,4355
IB	0,3314	0,1856	-0,2619	6,7644	0,4844	1,4614
LogRES	4,9524	5,3142	-5,2840	7,9508	2,0158	0,4070
LogPASS	6,4313	6,5072	2,6474	9,1378	1,1736	0,1824
LogCRED	6,2219	6,3177	1,4150	8,9310	1,1792	0,1895

Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

Verifica-se que, no geral, o coeficiente de variação apresentou valores diminutos para as variáveis LogPCLD, IB, LogRES, LogPASS e LogCRED. O coeficiente de variação expressa a variabilidade de dados que possuem médias distintas. O desvio-padrão das variáveis também foi reduzido para a amostra. A variável que apresentou maior dispersão, traduzida pelo coeficiente de variação mais elevado (1,4614), foi o Índice de Basileia, que, em contrapartida, apresentou o menor desvio-padrão (0,4844).

### 4.2 Testes de diagnóstico de painel e de validação do modelo de regressão

Com o intuito de verificar qual modelo de regressão é mais adequado para a amostra da pesquisa, foram realizados testes de diagnóstico em painel e de validação para as 105

instituições financeiras (unidades) por corte transversal, com análise de variância residual, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4

**Resultados dos testes de diagnóstico e de validação do modelo de regressão**

Testes	Resultados	p-valor
Teste de Chow	F (104, 1780) = 25,594	0 (zero) <sup>a</sup>
Teste de Breusch-Pagan	LM = 3018,61	0 (zero) <sup>b</sup>
Teste de Hausman	H = 161,042	<0,0001 <sup>c</sup>
Teste de White	LM = 427,556	<0,0001 <sup>d</sup>
Teste de normalidade	Qui-quadrado = 284,964	<0,0001 <sup>e</sup>

*Nota.* (a) Valida a hipótese alternativa de efeitos fixos, ao invés de MQO. (b) Valida a hipótese alternativa de efeitos aleatórios, em desfavor de MQO agrupado. (c) Aceita a hipótese alternativa de efeitos fixos em contraponto a efeitos aleatórios. (d) Os dados apresentam heterocedasticidade e necessitam de correção para erros-padrão robustos. (e) Não há distribuição normal; contudo, pela quantidade de observações, parte-se para a premissa de existência de normalidade.

O teste de Chow retornou como resultado um p-valor igual a 0 (zero), validando a hipótese alternativa de existência de efeitos fixos. Já a comparação entre MQO *pooled* e a regressão em painel com efeitos aleatórios é realizada pela estatística do teste de Breusch-Pagan, que mostra um p-valor igual a 0, apontando que o modelo de efeitos aleatórios é melhor.

Nesse cenário, cabe decidir qual dos dois modelos de painel é mais congruente em termos estatísticos, o de efeitos fixos ou o de efeitos aleatórios. Para tanto, foi realizado o teste de Hausman, com p-valor também igual a 0. Nesse caso, o p-valor valida a hipótese alternativa da existência de efeitos fixos. Assim, após a realização dos devidos testes, o modelo que melhor representa os dados é a regressão em painel com efeitos fixos.

Acerca dos testes utilizados para a validação de modelo, observa-se que os dados da amostra se configuraram heterocedásticos, pois, segundo o teste de White, a estatística de teste manifestou um p-valor igual a 0, rejeitando-se a hipótese nula de ausência de heterocedasticidade. Esses resultados tornaram necessária a correção dos resíduos para erros-padrão robustos pela matriz HAC (do inglês *heteroskedasticity and autocorrelation consistent*).

O teste de normalidade dos resíduos retornou um p-valor igual a 0, não permitindo o acolhimento da hipótese nula de que o erro teria distribuição normal. No entanto, levando-se em consideração o número de observações da amostra, N = 1.889, pode-se adotar a premissa de que os resíduos apresentam normalidade.

**4.3 Análise da matriz de correlação**

Antes de proceder à análise das estatísticas inferenciais do modelo de regressão por efeitos fixos, serão evidenciados resultados referentes à matriz de correlação de Pearson. Evidenciados na Tabela 5, encontram-se os resultados relativos às interações existentes entre as variáveis independentes e a variável dependente utilizadas nesta pesquisa.

Tabela 5

**Matriz de correlação das variáveis da pesquisa**

LogPCLD	IB	LogRES	LogPASS	LogCRED	
1	-0,3475***	0,4911***	0,6772***	0,7544***	LogPCLD
	1	-0,2837***	-0,3765***	-0,4269***	IB
		1	0,7214***	0,7033***	LogRES
			1	0,9536***	LogPASS
				1	LogCRED

*Nota.* \*\*\* significância estatística no nível de e 1%.

A partir dos resultados mostrados na Tabela 5, nota-se que todas as interações existentes foram significativas ao nível de 1%. A principal interação desta pesquisa envolve a variável dependente, que se refere ao montante de resultados de créditos de liquidação duvidosa (LogPCLD). Observa-se que o Índice de Basileia (IB) apresentou uma correlação negativa com a *proxy* de gerenciamento de resultado das companhias, ou seja, há evidências de relação inversa, o que referenda a qualidade do IB como medida de resiliência bancária. Todavia, a correlação obtida não foi alta, representando um valor de 34,75%, considerada uma correlação de baixa para moderada.

As variáveis relativas ao resultado (LogRES), ao passivo exigível (LogPASS) e às operações de crédito (LogCRED) apresentaram relação positiva e significativa, ao nível de 1%, com os resultados dos créditos de liquidação duvidosa, ou seja, as variáveis se apresentam relevantes ao explicar as alterações das provisões nas instituições financeiras da amostra, corroborando o modelo proposto por Fuji e Carvalho (2005).

Por conseguinte, após a evidenciação dos resultados das correlações obtidas no modelo principal, foi necessário analisar os achados por meio do modelo de regressão por efeitos fixos, que está voltado para as relações inferenciais entre as variáveis independentes e a variável dependente.

#### 4.4 Resultados da regressão por efeitos fixos

Os valores das variáveis independentes do modelo específico são apresentados na Tabela 6, após a regressão em painel, com cortes transversais, por efeitos fixos, para um total de 1.889 observações.

Tabela 6

##### Modelo de regressão por efeitos fixos – variável dependente LogPCLD

Variáveis	Coefficiente	Erro-padrão	Razão-t	P-valor	Prob.
Constante	-2,50563	0,512265	-4,891	<0,0001	***
IB	-0,0484363	0,228830	-0,2117	0,8328	
LogRES	-0,0276766	0,0297041	-0,9317	0,3536	
LogPASS	-0,636026	0,210594	-3,020	0,0032	***
LogCRED	1,70675	0,206924	8,248	<0,0001	***
F (p-valor)	<0,0001				
R <sup>2</sup>	0,589501				

Nota. \*\*\* indica a significância estatística no nível de 1%.

Conforme os resultados apresentados na Tabela 6, preliminarmente, infere-se que a equação do modelo manifesta um coeficiente de determinação R<sup>2</sup> de efeitos fixos de 0,589501, o que representa que 58,95% dos valores de PCLD são explicados pelas variáveis independentes Índice de Basileia (IB), Resultado em logaritmo (LogRES), logaritmo natural do Passível Exigível (LogPASS) e Operações de Crédito em logaritmo natural (LogCRED). Ainda, o p-valor do teste F é inferior ao nível de significância de 1%, o que demonstra que a equação como um todo é significativa.

Em sequência, observa-se a ausência de relação significativa, com a não aceitação da hipótese H<sub>1a</sub>, entre a variável dependente e a variável independente Índice de Basileia (IB). Conclui-se, assim, que o IB não está relacionado à perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, em logaritmo (LogPCLD), das instituições financeiras, o que impede a aceitação da hipótese (H<sub>1b</sub>) desta pesquisa. Ademais, os resultados da regressão apontaram que as variáveis LogPASS e LogCRED apresentaram significância estatística, positiva ou negativa, ao nível de 1%.

#### 4.5 Resultados da regressão com tratamento de *outliers*

Com o intuito de contornar os problemas de normalidade dos dados, foi realizado o tratamento dos *outliers* por meio da técnica de winsorização, que visa reduzir a incidência de valores que se afastam muito ou que estão fora de uma série predeterminada.

Os dados foram submetidos ao corte dos *outliers*, ao nível de 1% nos limites superiores e inferiores, realizando-se, em seguida, os diagnósticos de painel, os respectivos testes de robustez e de normalidade. Os resultados dos testes são apresentados na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7

##### Resultados dos testes de diagnóstico em *pooled* com dados winsorizados

Testes	Resultados	p-valor
Teste de Chow	F (104, 1780) = 20,8574	0 (zero) <sup>a</sup>
Teste de Breusch-Pagan	LM = 2570,31	0 (zero) <sup>b</sup>
Teste de Hausman	H = 158,238	0,034918 <sup>c</sup>
Teste de White	LM = 133,288	<0,0001 <sup>d</sup>
Teste de normalidade	Qui-quadrado = 142,219	<0,0001 <sup>e</sup>

*Nota.* (a) Valida a hipótese alternativa de efeitos fixos, ao invés de MQO. (b) Valida a hipótese alternativa de efeitos aleatórios, em desfavor de MQO agrupado. (c) Rejeita a hipótese alternativa de efeitos fixos em contraponto a efeitos aleatórios. (d) Os dados apresentam heterocedasticidade e necessitam de correção para erros-padrão robustos. (e) Não há distribuição normal; no entanto, pela quantidade de observações, parte-se para a premissa de existência de normalidade.

A Tabela 8 apresenta os resultados da regressão estatística por efeitos aleatórios, para os dados tratados, traduzindo-se a relação entre as variáveis independentes e a variável dependente do modelo.

Após a exclusão dos *outliers*, a 1%, a variável que constitui as operações de crédito (LogCRED) permanece com correlação positiva e significativa. Já o índice de Basileia (IB) passou a apresentar relação negativa com o LogPCLD, com uma significância estatística de 5%, o que contraria a análise anterior, não se permitindo, assim, a negação da hipótese do estudo ( $H_{1b}$ ). Desse modo, observa-se a não rejeição da hipótese  $H_{1a}$  desta pesquisa, em vista da relação existente entre a *proxy* de gerenciamento de resultados e a variável independente de interesse IB.

Tabela 8

##### Modelo de regressão por efeitos aleatórios – variável dependente LogPCLD

Variáveis	Coefficiente	Erro-padrão	razão-t	p-valor	Prob.
Constante	0,279274	0,247304	1,129	0,2588	
IB	-0,464824	0,202751	-2,293	0,0219	**
LogRES	-0,0459558	0,0522853	-0,8789	0,3794	
LogPASS	-0,132139	0,103664	-1,275	0,2024	
LogCRED	0,782757	0,0968219	8,085	<0,0001	***
R <sup>2</sup>	0,618204				

*Nota.* \*\* e \*\*\* indicam significância estatística nos níveis de 5% e 1%, respectivamente.

Os dados representativos dos resultados (LogRES) e do passivo exigível (LogPASS), agora winsorizados, não apresentaram correspondência significativa com a *proxy* de perdas estimadas nas operações de crédito.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme estudos anteriores, com destaque para os trabalhos de Cunha *et al.* (2009), Goulart (2007) e Le *et al.* (2021), existem indícios de que as instituições financeiras gerenciam seus resultados por meio da *proxy* PCLD. O estado da arte acabou consolidando a conta de perdas estimadas com liquidação de créditos como *proxy* de manipulação das

informações contábeis. Diante disso, a *proxy* PCLD foi definida como a variável dependente do modelo de regressão.

Os resultados da regressão apontaram a variável LogCRED, que representa o quantitativo de operações de crédito dos bancos no período em estudo, com relação positiva e significativa, ao nível de 1%, para as duas análises. Esses dados alinham-se aos estudos de Cunha *et al.* (2009) e de Macedo e Kelly (2016), que defendem que maior volume de operações de crédito gera, conseqüentemente, maiores perdas estimadas de liquidação.

Ademais, Cunha *et al.* (2009) e Goulart (2007) apontaram indícios de gerenciamento de resultados dos intermediadores do sistema financeiro pelo uso da conta de PCLD, principalmente no que tange à suavização de resultados.

Passando-se para o cerne desta pesquisa, o Índice de Basileia (IB) não teve relação significativa com os resultados de crédito de liquidação duvidosa, o que se assemelha ao trabalho de Carvalho *et al.* (2018), que revela que os bancos atuantes no Brasil não costumam utilizar a conta de PCLD para o gerenciamento de capital. No entanto, pelo segundo modelo, sem a presença dos *outliers*, o IB apresentou-se estatisticamente significativo, ao nível de 5%, o que valida a hipótese H<sub>1a</sub>.

Em relação à hipótese H<sub>1b</sub>, a relação com a *proxy* PCLD foi inversa, não sendo possível refutar-se a hipótese H<sub>1b</sub>. A partir de tal ilação, conclui-se que o índice de estrutura mínima de capital exigido para o setor financeiro traduz qualidade de informação, ou seja, representa resiliência financeira a crises, pois não acompanha um possível crescimento das perdas estimadas e, por conseqüência, não se alinha a elevações de práticas de manipulação dos resultados financeiros e contábeis.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou ser relevante pela representatividade das instituições financeiras na economia global e pelos prejuízos já vivenciados em períodos de instabilidade econômica. O papel de intermediador entre agentes deficitários e superavitários tornou essas organizações intrinsecamente presentes na vida de pessoas físicas e jurídicas, com relação de dependência em muitas ocasiões. Assim, a confiabilidade em um índice que representa a capacidade de um banco de suportar momentos desfavoráveis da economia justifica os esforços empregados nesta pesquisa.

Voltando-se para o objetivo deste estudo, que foi o de verificar a qualidade informacional do Índice de Basileia (IB), a regressão retornou uma relação negativa e significativa estatisticamente desse índice com a PCLD. As instituições que, nesse período, divulgaram maiores índices de estrutura de capital estimaram menos perdas com créditos de liquidação duvidosa. A conclusão é a de que há relação inversa entre o IB e o gerenciamento de resultados, o que evidencia qualidade informacional.

Segundo os resultados desta pesquisa, a qualidade da informação contábil que o Índice de Basileia apresentou é uma característica importante, que indica melhora na confiabilidade e, por conseqüência, na eficiência do mercado de capitais e do mercado financeiro, além de colaborar para uma melhor gestão de riscos ao permitir a redução da assimetria informacional e das incertezas econômicas do setor.

As conclusões deste estudo auxiliam os usuários que utilizam tanto os relatórios contábeis, quanto as informações referentes ao índice de resiliência das instituições financeiras, na tomada de decisões. Os achados contribuem, também, para os reguladores, ao fornecer informações sobre confiabilidade do Índice de Basileia, em conformidade com as informações prestadas pela contabilidade.

O gerenciamento de resultados, como métrica consolidada para o dimensionamento da qualidade informacional, credencia o modelo empírico escolhido neste estudo e induz o usuário à credibilidade quanto à qualidade do índice de estrutura de capitais divulgado pelos bancos e por outras instituições, uma vez que foi identificada a relação negativa com a discricionariedade contábil.

As restrições da pesquisa transitam pela especificidade do setor financeiro, em termos contábeis e em relação às informações divulgadas, o que limitou a utilização de outros modelos de regressão voltados ao gerenciamento de resultados em empresas não financeiras, que utilizam *accruals* discricionários.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, M. S., Bertucci, L. A., Souza, J. R., & Amaral, H. F. (2012). Influência da crise financeira mundial na estrutura econômica das instituições financeiras bancárias brasileiras e seus reflexos no Índice de Basiléia: uma abordagem comparativa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(16), 73-94. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i16.52668>
- Banco Central do Brasil [Bacen] (2019). *Estabilidade financeira*. Brasília: BCB. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira>
- Bank for International Settlements (2019). *The Basel Committee – overview*. Retrieved from <https://www.bis.org/bcbs>
- Bushman, R. M. & Smith, A. J. (2001). Financial accounting information and corporate governance. *Journal of Accounting and Economics*, 32(3), 237-333. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00027-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00027-1)
- Cantrell, B. W., McInnis, J. M., & Yust, C. G. (2014). Predicting credit losses: Loan fair values versus historical costs. *The Accounting Review*, 89(1), 147-176. <https://doi.org/10.2308/accr-50593>
- Carvalho, J. A., Pereira, J. V., & Dantas, J. A. (2018). As Instituições Financeiras Brasileiras Usam a PCLD para Gerenciamento de Capital?. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 127-140. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i2.34077>
- Castro, L. B. de. (2007). Regulação Financeira – Discutindo os Acordos de Basileia. *Revista do BNDES*, 14(28), 277-304. Recuperado de <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/12140>
- Cohen, B. H., & Edwards, G. (2017, March). The new era of expected credit loss provisioning. *BIS Quarterly Review*, 39-56. Retrieved from [https://www.bis.org/publ/qtrpdf/r\\_qt1703f.htm](https://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1703f.htm)
- Conselho Monetário Nacional (1999). Resolução CMN n.º 2.681, de 21 de dezembro de 1999. Brasília: CMN.
- Conselho Monetário Nacional (2013). Resolução CMN n.º 4.193, de 1.º de março de 2013. Brasília: CMN.
- Cunha, P. R. da, Bezerra, F. A., Gubiani, C. A. & Rengel, S. (2009). Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras: Uma análise do rodízio de empresas de auditoria independente. *Congresso Brasileiro de Custos*, XVI, Fortaleza, CE. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1075/1075>
- Dantas, J. A., Galdi, F. C., Capelletto, L. R. & Medeiros, O. R. (2013). Discricionariedade na mensuração de derivativos como mecanismo de gerenciamento de resultados em bancos. *Revista Brasileira de Finanças (Online)*, 11(1), 17-48. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10050>

- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Dyck, A. & Zingales, L. (2004). Private benefits of control: an international comparison. *Journal of Finance*, 59(2), 537-600. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/3694907>
- Fuji, A. H., & Carvalho, L. N. G. de (2005). *Earnings management no contexto bancário brasileiro. Anais do Congresso da USP*, São Paulo, SP, Brasil, 5. Recuperado de <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos52005/7.pdf>
- Goulart, A. M. C. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. <https://doi.org/10.11606/T.12.2008.tde-17032008-124153>
- Harris, T. S., Khan, U., & Nissim, D. (2018). The expected rate of credit losses on Banks' Loan Portfolios. *The Accounting Review*, 93(5), 245-271. <https://doi.org/10.2308/accr-52012>
- Healy, P. M. & Whalen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>
- Le, T. D. Q., Nguyen, L. T., & Tran, S. H. (2021). Loan loss provisions, earnings management, capital management, and signalling: the case of Vietnamese banks. *Afro-Asian Journal of Finance and Accounting*, 11(5), 755-771. <https://www.inderscienceonline.com/doi/10.1504/AJFA.2021.119478>
- Leite, K. V. B. & Reis, M. (2013). O acordo de capitais de Basileia III: mais do mesmo? *Revista Economia*, 14(1A), 159-187. Recuperado de [http://www.anpec.org.br/revista/vol14/vol14n1p159\\_187.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol14/vol14n1p159_187.pdf)
- Macedo, M. A. da S. & Kelly, V. L. de A. (2016). Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: Uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), 82-96. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/29260>
- Martinez, A. L. (2008). Detectando *earnings management* no Brasil: estimando os *accruals* discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 7-17. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>
- Marton, J., & Runesson, E. (2017). The predictive ability of loan loss provisions in banks – Effects of accounting standards, enforcement and incentives. *The British Accounting Review*, 49(2), 162-180. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2016.09.003>
- Ozili, P. K., & Outa, E. (2017). Bank loan loss provisions research: a review. *Borsa Istanbul Review*, 17(3), 144-163. <https://doi.org/10.1016/j.bir.2017.05.001>
- Pinheiro, F. A. P. Savóia, J. R. F. & Securato, J. R. (2015). Basileia III: impacto para os Bancos no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças*, 26(69). <https://doi.org/10.1590/1808-057x201500720>
- Reis, M. (2015). O acordo de Basileia III e a pró-ciclicidade da regulação financeira. *Nova Economia*, 25(3), 691-716. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/2455>
- Santos, L. J., Macedo, M. A. S. & Rodrigues, A. (2014). Determinantes do nível de divulgação das recomendações do Pilar 3 do acordo de Basileia 2 nas demonstrações financeiras das instituições bancárias que atuam no Brasil. *Brazilian Business Review*, 11(1), 26-50. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/27073/determinante-s-do-nivel-de-divulgacao-das-recomendacoes-do-pilar-3-do-acordo-de-basileia-2-nas-demonstracoes-financeiras-de-instituicoes-bancarias-que-atuam-no-brasil/i/pt-br>

- Silva, D. B. R. e (2005). *O impacto de requerimentos de capital na oferta de crédito bancário no Brasil*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. <https://doi.org/10.11606/D.12.2005.tde-08082005-085631>
- Silva, S. E. da, & Ferreira, B. P. (2016). Relações entre o Índice de Basiléia e o nível de endividamento das famílias brasileiras. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(2), 7-28. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v11i2.13377](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v11i2.13377)
- Wahlen, J. M. (1994). The nature of information in commercial bank loan loss disclosures. *The Accounting Review*, 1, 455-478. Retrieved from <https://www.proquest.com/openview/bcd4f20a60d3e46239f7a67f74b663dc/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>
- Yanaka, G. M., & Holland, M. (2010). Basileia II e exigência de capital para risco de crédito dos bancos no Brasil. *Revista Brasileira de Finanças*, 8(2), 167-195. <https://doi.org/10.12660/rbfin.v8n2.2010.1419>

*Earnings Quality and Resilience of Brazilian Financial Institutions: An Analysis of the  
Basel Index***ABSTRACT**

**Objective:** Analyze the relationship between the Basel index and the earnings quality reported by entities in the Brazilian financial sector.

**Method:** Half-yearly data published on the Central Bank of Brazil (BACEN) website, from 105 financial institutions, from 2010 to 2018 were examined, totaling 1,889 observations. The earnings management used the account Loan Loss Provisions (LLP) to measure the earnings quality, which is used as a dependent variable in a regression model with panel data for fixed and random effects. Basel Index (BI) was used, as an independent variable, as a proxy for financial resilience.

**Originality/Relevance:** Analyzing the relationship between profit and resilience is original and relevant for providing insights into the reliability of the financial stability proxy of Brazilian banks, in contrast to the quality of accounting information.

**Results:** One of the regressions returned a negative and significant relationship between the Basel Index and LLP. The conclusion is that there is an inverse relationship between resilience and management, configuring evidence of the informational quality of the financial stability index.

**Theoretical/Methodological contributions:** The literature on accounting informational quality attests to banks' financial resilience as a reliable measure for many users.

**Keywords:** Financial institutions; Basel index; Earnings quality; Earnings management.

---

Paulo Vitor Souza de Souza   
Federal University of Pará, Pará, Brasil  
paulovsouza@ufpa.br

José Augusto Paixão Moraes   
Federal University of Pará, Pará, Brasil  
augustuspm@yahoo.com.br

---

Received: February 11, 2021

Revised: July 27, 2021

Accepted: August 22, 2021

Published: December 30, 2021

